



Número: **0600545-68.2020.6.16.0130**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Dr. Rogério de Assis**

Última distribuição : **04/11/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600545-68.2020.6.16.0130**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Redes Sociais**

Objeto do processo: **Da decisão proferida nos autos de Representação nº 0600545-68.2020.6.16.0130 que, julgou extinto o feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 330, inciso II, e 485, inciso I, do Código de Processo Civil, por serem as partes passivas manifestamente ilegítimas.**

**(Representação com pedido liminar proposta por Marcos Cichocki , candidato a prefeito no município de Santa Izabel do Oeste e Oneide Miguel Matciulevycz Junior, candidato a vice prefeito no mesmo município e Joao Antonio Scheneider, candidato a vereador pelo PDT, em face de Jean Catto e Moacir Maróstica, alegando a prática de propagação de fake news difamatórias, através da rede social Whatsapp. Aduzem que os Representados vem compartilhando em grupo de WhatsApp postagens/vídeos contendo propaganda eleitoral ilícita e Fake News, com ameaças com único objetivo de atingir a campanha dos representantes -vídeo esse gravado pelo Senhor Fábio Santos Walendorf-apoiador da campanha dos representados. No segundo 0:48 do vídeo, o Representado Fábio menciona: "População de Santa Izabel do Oeste. Votar para um vereador desses, é votar para um ladrão, saiba que vocês estão colocando um ladrão dentro da prefeitura." No minuto 1:36, o representado continua: "A equipe de vocês, são um jaguara, que equipe que vocês tem? Vão pagar as contas que deve. Candidato a Prefeito (...) porque o Vice Prefeito foi preso?"; e por ai segue... No minuto 2:35: "E você mano polenta, você é um ladrão, ladrão".)RE3**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

| Partes  | Procurador/Terceiro vinculado   |
|---|---|
| ELEICAO 2020 MARCOS EUGENIO CICHOCKI PREFEITO (RECORRENTE)                | SUELEN CRISTINA VIANA CORA (ADVOGADO)   |
| ELEICAO 2020 ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR VICE-PREFEITO (RECORRENTE) | SUELEN CRISTINA VIANA CORA (ADVOGADO)   |
| MARCOS EUGENIO CICHOCKI (RECORRENTE)                                      | SUELEN CRISTINA VIANA CORA (ADVOGADO)   |
| ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR (RECORRENTE)                            | SUELEN CRISTINA VIANA CORA (ADVOGADO)   |
| ELEICAO 2020 JEAN PIERR CATTO PREFEITO (RECORRIDO)                        | HALLYNNE FRANCYELLE SPADA RANZAN (ADVOGADO)<br>BETANIA COMIN MIOLA (ADVOGADO)<br>FERNANDO LUIZ CHIAPETTI (ADVOGADO)<br>PEDRO SINHORI (ADVOGADO)<br>SEGIO SINHORI (ADVOGADO)<br>RODRINEI CRISTIAN BRAUN (ADVOGADO)<br>EWERTON LINEU BARRETO RAMOS (ADVOGADO) |

|   |                    |   |         |
|---|--------------------|---|---------|
| ELEICAO 2020 MOACIR MAROSTICA VICE-PREFEITO (RECORRIDO) |                    | HALLYNNE FRANCYELLE SPADA RANZAN (ADVOGADO)<br>BETANIA COMIN MIOLA (ADVOGADO)<br>FERNANDO LUIZ CHIAPETTI (ADVOGADO)<br>PEDRO SINHORI (ADVOGADO)<br>SEGIO SINHORI (ADVOGADO)<br>RODRINEI CRISTIAN BRAUN (ADVOGADO)<br>EWERTON LINEU BARRETO RAMOS (ADVOGADO) |         |
| JEAN PIERR CATTO (RECORRIDO)                            |                    | HALLYNNE FRANCYELLE SPADA RANZAN (ADVOGADO)<br>BETANIA COMIN MIOLA (ADVOGADO)<br>FERNANDO LUIZ CHIAPETTI (ADVOGADO)<br>PEDRO SINHORI (ADVOGADO)<br>SEGIO SINHORI (ADVOGADO)<br>RODRINEI CRISTIAN BRAUN (ADVOGADO)<br>EWERTON LINEU BARRETO RAMOS (ADVOGADO) |         |
| MOACIR MAROSTICA (RECORRIDO)                            |                    | HALLYNNE FRANCYELLE SPADA RANZAN (ADVOGADO)<br>BETANIA COMIN MIOLA (ADVOGADO)<br>FERNANDO LUIZ CHIAPETTI (ADVOGADO)<br>PEDRO SINHORI (ADVOGADO)<br>SEGIO SINHORI (ADVOGADO)<br>RODRINEI CRISTIAN BRAUN (ADVOGADO)<br>EWERTON LINEU BARRETO RAMOS (ADVOGADO) |         |
| Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)          |                    |   |         |
| Documentos  |                    |   |         |
| Id.   | Data da Assinatura | Documento   | Tipo    |
| 21498<br>216  | 30/11/2020 10:59   | <a href="#">Decisão</a>   | Decisão |



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

REL 0600545-68.2020.6.16.0130

RECORRENTE: ELEICAO 2020 MARCOS EUGENIO CICHOCKI PREFEITO, ELEICAO 2020 ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR VICE-PREFEITO, MARCOS EUGENIO CICHOCKI, ONEIDE MIGUEL MATCIULEVICZ JUNIOR

Advogado do(a) RECORRENTE: SUELEN CRISTINA VIANA CORA - PR0093249  
Advogado do(a) RECORRENTE: SUELEN CRISTINA VIANA CORA - PR0093249  
Advogado do(a) RECORRENTE: SUELEN CRISTINA VIANA CORA - PR0093249  
Advogado do(a) RECORRENTE: SUELEN CRISTINA VIANA CORA - PR0093249

RECORRIDO: ELEICAO 2020 JEAN PIERR CATTO PREFEITO, ELEICAO 2020 MOACIR MAROSTICA VICE-PREFEITO, JEAN PIERR CATTO, MOACIR MAROSTICA

Advogados do(a) RECORRIDO: HALLYNNE FRANCYELLE SPADA RANZAN - SC0036641, BETANIA COMIN MIOLA - PR0099710, FERNANDO LUIZ CHIAPETTI - PR0030885, PEDRO SINHORI - PR57535, SEGIO SINHORI - PR0040800, RODRINEI CRISTIAN BRAUN - PR34640, EWERTON LINEU BARRETO RAMOS - PR0026366

Advogados do(a) RECORRIDO: HALLYNNE FRANCYELLE SPADA RANZAN - SC0036641, BETANIA COMIN MIOLA - PR0099710, FERNANDO LUIZ CHIAPETTI - PR0030885, PEDRO SINHORI - PR57535, SEGIO SINHORI - PR0040800, RODRINEI CRISTIAN BRAUN - PR34640, EWERTON LINEU BARRETO RAMOS - PR0026366

Advogados do(a) RECORRIDO: HALLYNNE FRANCYELLE SPADA RANZAN - SC0036641, BETANIA COMIN MIOLA - PR0099710, FERNANDO LUIZ CHIAPETTI - PR0030885, PEDRO SINHORI - PR57535, SEGIO SINHORI - PR0040800, RODRINEI CRISTIAN BRAUN - PR34640, EWERTON LINEU BARRETO RAMOS - PR0026366

Advogados do(a) RECORRIDO: HALLYNNE FRANCYELLE SPADA RANZAN - SC0036641, BETANIA COMIN MIOLA - PR0099710, FERNANDO LUIZ CHIAPETTI - PR0030885, PEDRO SINHORI - PR57535, SEGIO SINHORI - PR0040800, RODRINEI CRISTIAN BRAUN - PR34640, EWERTON LINEU BARRETO RAMOS - PR0026366

Relator: ROGÉRIO DE ASSIS

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto por Marcos Eugenio Cichocki e Oneide Miguel Matciulevicz Junior em face de sentença proferida pela 130ª Zona Eleitoral, de



Realeza/PR, que julgou extinta a representação sem julgamento do mérito, por reconhecer manifesta ilegitimidade passiva (ID 16966466).

Irresignados, os Representantes interpuseram recurso em 02/11/2020 (ID 16966666), alegando que os Recorridos vem compartilhando em grupos de Whatsapp postagens/vídeos contendo propaganda eleitoral ilícita e fake news com ameaças com o único objetivo de atingir a campanha dos representantes. Ao final, requereram a concessão de liminar para que os recorridos retirassem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, o vídeo com a fake news, bem como postularam o provimento do recurso para afastar a ilegitimidade passiva, devolvendo-se os autos a origem para julgamento ou para que fosse julgado o mérito nesta Corte, caso se entenda que a causa está madura.

Em sede de contrarrazões (ID 16967266), os Recorridos argumentaram que não há qualquer irregularidade que possa ser imputada aos representados, na medida que a confecção do vídeo não foi imputada a eles e que não possuem vínculos com aquela pessoa, bem como não existem provas da sua participação em relação à propaganda questionada.

A medida liminar foi indeferida por este Relator (ID 17069616).

A Procuradoria Regional Eleitoral emitiu parecer manifestando-se pelo não conhecimento do recurso interposto, ante a intempestividade (ID 17795766).

Devidamente intimado, o Recorrente deixou transcorrer o prazo sem apresentar manifestação (ID 20773666).

Vieram os autos conclusos.

É o relatório necessário.

**Decido.**

Antes de afirmar o conhecimento do recurso é necessário enfrentar a preliminar de intempestividade do recurso.

De acordo com § 8º do art. 96 da Lei nº 9.504/96, o prazo para interposição de recurso nas representações é de 24 horas, senão vejamos:

*Art. 96. Salvo disposições específicas em contrário desta Lei, as reclamações ou representações relativas ao seu descumprimento podem ser feitas por qualquer partido político, coligação ou candidato, e devem dirigir-se:*

***§ 8º Quando cabível recurso contra a decisão, este deverá ser apresentado no prazo de vinte e quatro horas da publicação da decisão em cartório ou sessão, assegurado ao recorrido o oferecimento de contra-razões, em igual prazo, a contar da sua notificação. (grifou-se)***



Já o art. 22 da Res. TSE nº 23.608/2019, que dispõe sobre representações para as eleições 2020, possui redação praticamente idêntica ao artigo 96, § 8º da Lei das Eleições, deixando claro que o prazo para interposição de recursos em representações é de um dia, adotando posicionamento jurisprudencial de converter o prazo em horas em dia:

*Art. 22. Contra sentença proferida por juiz eleitoral nas eleições municipais é cabível recurso, nos autos da representação, no PJe, no prazo de 1 (um) dia, assegurado ao recorrido o oferecimento de contrarrazões em igual prazo, a contar da sua intimação para tal finalidade (Lei nº 9.504/1997, art. 96, § 8º).*

No presente caso, em consulta ao PJE de 1º grau, observo que, proferida e registrada a sentença em 30/10/2020, houve sua publicação do Mural Eletrônico no dia 30/10/2020.

O prazo de 1 (um) dia para a apresentação do recurso, conforme previsão do art. 22 da Resolução TSE nº 23.608/2020, se esvaiu no dia 31/10/2020, sendo o recurso interposto apenas no dia 02/11/2020 (ID 16966616).

Superado o prazo legal para a apresentação do recurso deve ser acolhida a preliminar de intempestividade.

Feitas estas considerações, concluo, portanto, que não existem argumentos ou fundamentos para afastar a intempestividade do recurso eleitoral, sendo inevitável a conclusão pelo seu não conhecimento.

## DISPOSITIVO

Diante do exposto, em vista do não atendimento do prazo assinalado pela Lei nº 9.504/97, em seu art. 96, § 8º, e com base no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil<sup>1</sup> e art. 31, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal Regional Eleitoral do Paraná<sup>2</sup>, **NÃO CONHEÇO** do recurso eleitoral interposto por Marcos Eugenio Cichocki e Oneide Miguel Matciulevich Junior.

Publique-se. Intimem-se.

Autorizo a Sra. Secretária Judiciária a assinar os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão.

Curitiba, datado e assinado digitalmente.



**ROGÉRIO DE ASSIS**

**Relator**

<sup>1</sup> Art. 932. Incumbe ao relator: [...]

III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; [...]

<sup>2</sup> Art. 31. O Relator poderá, monocraticamente: [...]

II - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; [...]

